



ARTÍCULO | ARTIGO

Fermentario V. 19, Nº 1 (2025)

ISSN 1688-6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la
Educación, Universidad de la República. www.fhuce.edu.uy

**Michel Foucault e a espiritualidade
como prática de liberdade**

**Michel Foucault y la espiritualidad
como práctica de libertad**

**Michel Foucault and spirituality
as a practice of freedom**

Daniel Luis Cidade Gonçalves¹

DOI: <https://doi.org/10.47965/fermen.19.1.5>

Resumo: Segundo Michel Foucault, a espiritualidade pode ser definida como o ato de modificar a si mesmo para ter acesso à verdade, contrapondo-se ao conceito moderno de filosofia, no qual o conhecimento consiste em uma análise da estrutura que assegura o acesso à verdade. Ignorada por boa parte da tradição filosófica, resgatar a espiritualidade consiste em colocar o sujeito como ponto central da filosofia. Não um sujeito possuidor de uma natureza humana e uma essência prévias a sua existência cultural, mas um sujeito constituído no meio de práticas sociais e relações de saber e poder, capazes de dar forma e substância à sua subjetividade. Neste contexto, a temática da liberdade se faz imprescindível, na medida em que este sujeito não precisa ser inerte aos modelos sociais existentes

¹ Bacharel, licenciado e mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina, atualmente é doutorando em Ética e Filosofia Política pela mesma instituição. E-mail: daniel.cidade@gmail.com

em seu contexto histórico, tendo a possibilidade de inventar e reinventar as formatações históricas de sua existência. Sob esta perspectiva, cabe analisar atentamente três conceitos centrais na filosofia do autor: poder, ética e crítica.

Palavras-chave: crítica, ética, espiritualidade, liberdade, poder.

Resumen: Según Michel Foucault, la espiritualidad puede definirse como el acto de modificarse para acceder a la verdad, en contraste con el concepto moderno de filosofía, en el que el conocimiento consiste en un análisis de la estructura que asegura el acceso a la verdad. Ignorada por gran parte de la tradición filosófica, la recuperación de la espiritualidad consiste en situar al sujeto en el centro de la filosofía. No un sujeto con una naturaleza humana y una esencia previas a su existencia cultural, sino un sujeto constituido dentro de prácticas sociales y relaciones de conocimiento y poder, capaz de dar forma y sustancia a su subjetividad. En este contexto, el tema de la libertad se vuelve esencial, ya que este sujeto no necesita ser inerte a los modelos sociales existentes en su contexto histórico, teniendo la posibilidad de inventar y reinventar los formatos históricos de su existencia. Desde esta perspectiva, conviene analizar con detenimiento tres conceptos centrales en la filosofía del autor: poder, ética y crítica.

Palabras clave: crítica, ética, espiritualidad, libertad, poder.

Abstract: According to Michel Foucault, spirituality can be defined as the act of modifying itself to have access to the truth, in opposition to the modern concept of philosophy, in which knowledge is an analysis of the structure that ensures access to the truth. Ignored by most of the philosophical tradition, to rescue spirituality is to put the subject as the central point of philosophy. Not a subject that possesses a human nature and an essence prior to its cultural existence, but a subject constituted through social practices and relations of knowledge and power, able to give form and substance to its subjectivity. In this context, the theme of liberty is indispensable, in the sense that the subject does not need to be inert to social models in his historical context, having the possibility to invent and reinvent the historical formatting of his existence. From this perspective, it is important to closely examine three central concepts in the philosophy of the author: power, ethics and critics.

Keywords: critic, ethics, spirituality, liberty, power.

1. Relações de poder e discursos de saber

Michel Foucault propõe uma leitura original a respeito do fenômeno do poder. Para ele, o poder não deve ser entendido como algo que alguém possui (e por isso pode alienar ou reivindicar), nem como uma mera relação entre dominantes e dominados. O poder também não é entendido como guerra, repressão ou algo que possa ser monopólio do Estado. Para Foucault, o poder é aquilo que encontramos nas relações entre indivíduos livres, na medida em que encontram-se em uma correlação de forças e estratégias. Melhor do que falar em poder, poderíamos falar em relações de poder, relações estas que não se dão apenas de cima para baixo, entre dominantes e dominados, mas por todos os lados. Dessa forma, o poder não seria um privilégio da relação entre o Estado e seus cidadãos, mas algo que existe em qualquer relação humana (exceto nos estados de dominação, onde a possibilidade de resistência é nula).

Segundo Foucault existe uma relação direta entre poder e saber. O autor advoga pela concepção de que não existe relação de poder sem a constituição de um campo de saber, muito menos saber que não suponha e não constitua relações de poder. Tal afirmação parte do pressuposto de que não existe uma verdade absoluta e universal que precisa ser descoberta e sim, que nossas verdades são históricas e contingentes. De fato, as análises genealógicas do autor não visam investigar a verdade de algum conhecimento, e sim, como algo pode ser aceito como verdade? Quais são os discursos de saber e as relações de poder que fazem com que algo possa ser aceito como verdadeiro em um contexto específico?

A relação entre saber e poder é crucial para entendermos o pensamento de Foucault. Em primeiro lugar, é importante reconhecer que ao pressupor que as verdades produzidas em um contexto específico não podem ser completamente desvinculadas das relações de poder, Foucault está rejeitando a concepção de verdade como correspondência da realidade, frequentemente presente em toda a história da filosofia. Não existe mais algo como a realidade tal como ela é em si mesma que estaria completamente desvinculada das nossas culturas e das relações de poder existentes nelas. Podemos compreender melhor este ponto de vista com a distinção entre filosofia e espiritualidade, feita pelo autor em *Hermenêutica do Sujeito*.

2. Espiritualidade e a constituição do sujeito

Foucault define “espiritualidade” como a concepção de que a verdade não pode ser alcançada pelo sujeito através do conhecimento, pois o acesso a ela também depende do ato de olhar para si mesmo com o intuito de modificar-se e alterar seu próprio ser. Já a “filosofia” pode ser compreendida como as consequências do conhecimento sem que haja necessidade de transformação do sujeito, pois é a estrutura que precisa ser assegurada como condição de acesso à verdade. Segundo o autor, durante toda a filosofia Antiga, espiritualidade e filosofia raramente estiveram separadas (o maior exemplo desta separação na Antiguidade é Aristóteles). A história da verdade entra em seu período moderno quando passamos a admitir que o que permite acesso a ela é o conhecimento e apenas o conhecimento².

A visão foucaultiana na qual existe uma relação indissociável entre saber e poder pode ser estendida para a concepção de sujeito, o que nos levaria a negar outra noção tão presente na história da filosofia: o conceito de natureza humana. A ideia de uma natureza humana, pressupondo um sujeito que preexiste no mundo, mas é mascarado e oprimido por elementos que impedem que sua verdade venha à tona, não é compatível com a visão do autor na qual o sujeito tem sua subjetividade constituída em um contexto agonista em que diversas relações de poder e discursos de saber competem entre si por um lugar ao sol.

Outro conceito a ser deslocado pelo filósofo de Poitiers é o de Razão, com R maiúsculo, no sentido de uma razão universal que seria a mesma para todos, embora possa estar sendo frequentemente ludibriada por ideologias. Foucault prefere abordar o tema sobre a perspectiva de diferentes racionalidades possíveis. Ao racionalizarmos um problema, não se trata de verificar se existe uma conformidade com os princípios da racionalidade, mas de descobrir a que tipo de racionalidade eles recorrem. Não existe sujeito essencial, a priori e transcendental, assim como não existe uma racionalidade una e soberana. O que existe são racionalidades específicas que interagem com um tipo de sujeito constituído pela época, pelo local e pelas condições em que se encontra.

A díade do saber/poder, a inexistência de uma natureza humana e o deslocamento de uma Razão que se pressupõe universal para uma miríade de

² Foucault chama este acontecimento de “momento cartesiano”. É importante ressaltar que o corte nunca foi feito definitivamente, pois segundo Foucault, podemos ver o conhecimento ligado às exigências de espiritualidade em diversos filósofos eminentes, como Hegel, Schopenhauer e Nietzsche.

racionalidades conflitantes, nos leva a pressupor que a distinção entre espiritualidade e filosofia serve a fins estratégicos. O primeiro objetivo de Foucault seria então o de nos mostrar que nós enquanto sujeitos, não nascemos completos, com uma essência a ser encontrada, mas somos constituídos de acordo com o contexto social, cultural e histórico em que fomos concebidos.

Meu objetivo será mostrar-lhes como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento (Foucault, 1996, p. 8).

As práticas sociais fazem nascer diferentes tipos de sujeito, e é em nome disso que Foucault escreve suas arqueologias e genealogias. Não podemos tomar o mundo a nossa volta como dado, podemos transforma-lo, mas antes de transforma-lo, precisamos entendê-lo. Uma genealogia tem o poder de nos mostrar como uma prática social surgiu enquanto relação de saber/poder, como veio a ser compreendida como verdadeira, quais as relações de poder que ela suscita e quais as características dos indivíduos que ela faz nascer. Aqui não podemos deixar de apontar para a complexidade disso tudo e esclarecer que Foucault tinha a intenção de contribuir para o debate, sem esgota-lo.

Com isso, podemos concordar com John Rajchman acerca do caráter político da subjetividade:

A subjetividade é política para Foucault mais exatamente por causa de procedimentos concretos de “subjetivação” —procedimentos através dos quais passamos a reconhecer-nos como sujeitos de uma forma de experiência que se funda num corpo de conhecimento, normas e modelos de nossa natureza. A política da subjetividade de Foucault não começa com uma autonomia ideal como padrão de crítica, mas com uma análise das formas históricas da constituição do sujeito (1987, p. 74).

Dessa forma, o conceito de espiritualidade é resgatado por Foucault (sem negar que outros autores modernos também tenham o feito), com o intuito de se opor a uma tradição filosófica e buscar novas maneiras de fazer filosofia. O objetivo aqui é ir um pouco mais além do que dizer apenas que não existe discurso

verdadeiro sem relações de poder que o sustentem e nem relações de poder que não sejam apoiadas por discursos que a legitimam, reconhecendo que isso implica na impossibilidade de uma concepção essencialista de liberdade, na qual possamos vislumbrar um sujeito livre de qualquer contexto social, remetendo-se somente a si mesmo e sua verdadeira essência. O meio discursivo, político e social no qual os indivíduos se encontram, é diretamente responsável pela forma como eles se constituem como sujeitos, e qualquer liberdade dentro deste contexto, é parcialmente limitada. Mas não nos deixemos enganar. Com isso Foucault não pressupõe que o necessário seria aceitar nossa condição de sujeitados, abrindo mão da política e de nossa autonomia. É justamente nessa possibilidade de explorar novas formas de subjetividade, ou seja, explorar novas formas de nos constituirmos como sujeitos —em relação a uma série de discursos de saber e relações de poder que nos são dados— que podemos encontrar uma liberdade concreta e efetiva. Isso nos leva a compreender o motivo da questão do sujeito ser tão importante na filosofia de Foucault.

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos (Foucault, 1995, p. 231).

A tentativa de compreender os diversos modos pelos quais os seres humanos tornaram-se sujeitos levou o filósofo francês a fundar uma concepção própria de três conceitos-chave: poder, ética e crítica. Aqui torna-se necessário entender como tais conceitos articulam-se com a noção foucaultiana de liberdade e o resgate da espiritualidade.

3. Poder, ética e crítica: o diálogo com a liberdade

O poder em Foucault não é algo que pertença a alguém, que possa ser alienado e que se posicione apenas de cima para baixo. Como já visto, trata-se de uma série de relações e jogos de poder exercidos das mais diversas formas. Mas um elemento importante a ser ressaltado é a liberdade como pré-requisito para a existência do poder.

Certamente é preciso enfatizar também que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder. Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade (Foucault, 2006, p. 276-277).

Sem liberdade não há poder e sim dominação. A dominação não é política, não busca legitimidade, trata-se apenas de coagir o outro a fazer o que se quer. O poder, justamente por possuir ao menos uma fagulha de liberdade, procura legitimar-se e justificar-se. No poder, encontramos sujeitos individuais ou cotidianos, que possuem diante de si diversas possibilidades de condutas e comportamentos. Quando as determinações estão saturadas não existe poder; por isso a escravidão não é uma relação de poder, mas uma relação física de coação, só podendo se tornar uma relação de poder se o escravo tiver a possibilidade de escapar. Podemos falar então de um “agonismo”, de uma relação de luta e incitação recíproca, de uma provocação permanente. Para Foucault, viver em sociedade é viver de modo que seja possível a ação de uns sobre a ação de outros. Não podemos imaginar uma sociedade sem relações de poder. Todavia, dizer que não existe sociedade sem relações de poder não implica em dizer que as relações existentes são necessárias. A análise do “agonismo” entre relações de poder e liberdade é uma tarefa política incessante e nos permite avaliar e reavaliar nossas relações de poder. Contudo, ao analisar as relações de poder e inserir a liberdade como pré-requisito, Foucault não nega a dissimetria existente:

Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência —de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação—, não haveria de forma alguma relações de poder. Sendo esta a forma geral, recuso-me a responder à questão que às vezes me propõem: “Ora, se o poder está por todo lado, então não há liberdade”. Respondo: se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade por todo lado. Mas há efetivamente estados de dominação. Em

inúmeros casos, as relações de poder estão de tal forma fixadas que são perpetuamente dissimétricas e que a margem de liberdade é extremamente limitada (Foucault, 2006, p. 277).

É em nome dessa dissimetria que frequentemente torna nossas relações de poder insatisfatórias para uma das partes, que é necessário falarmos de ética e crítica.

Para Foucault, o termo ética refere-se ao domínio da constituição de si mesmo como sujeito moral. A ética é um *éthos*, uma prática, um modo de ser faz referência à relação consigo mesmo. Assim como o poder, para a ética a liberdade também é um pré-requisito. “A liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade” (Foucault, 2006, p. 267). Dizer que a liberdade é a condição ontológica da ética implica em dizer que se não podemos ser livres para agir de outra maneira, também não podemos ser responsabilizados pelas nossas ações. Não podemos sequer conceber algum tipo de moralidade específica, uma vez que todos os nossos atos seriam necessários e pré-determinados. Contudo, dizer que a ética é a forma refletida assumida pela liberdade implica em algo mais. Trata-se de dizer que é nos espaços de liberdade que podemos ver a ética florescer. Podemos possuir moralidades específicas que obedecemos em condições de inércia. Porém, somente quando o sujeito passa a ser reconhecer como sujeito ético capaz de inserir um pouco de si em suas condutas é que podemos constatar a presença da ética. Dessa forma, a ética em Foucault não é normativa, não se trata de descobrir qual o princípio da moralidade ou criar um código moral que possa ser considerado legítimo por uma comunidade específica de seres autônomos. Foucault chama de ética o trabalho pelo qual o indivíduo constitui a si mesmo de maneira livre. Não se trata de recusar o poder, mas de jogar com o mínimo de dominação possível.

A crítica é um instrumento que só existe em relação a algo diverso de si mesma; ela é “um olhar sobre um campo em que busca pôr ordem sem poder ditar lei” (Foucault, 1997, p. 1). Há algo nela que se associa à virtude. A crítica contrapõe-se, ao poder pastoral (de origem cristã) que desenvolveu a ideia de que todo indivíduo deve ser governado e dirigido à salvação numa relação de obediência. Esta arte de governar viu-se limitada aos círculos cristãos até o século XV quando passa a se expandir. Deslocando-se do âmbito religioso em direção à sociedade civil, transforma-se em poder disciplinar e biopolítica (temática que não será abordada aqui).

Neste contexto, o tema “como governar” se torna fundamental. Entretanto, a explosão deste tema remete à questão inversa “como não ser governado demais”. Esta questão pode ser formulada da seguinte maneira: “como não ser governados deste modo, em nome destes princípios, em vista de tais objetivos e através de tais procedimentos” (Foucault, 1997, p. 2). Foucault define então a atitude crítica como “a arte de não ser excessivamente governado”. A crítica consiste no reconhecimento de um direito de interrogar a verdade nos seus efeitos de poder e o poder nos seus discursos de verdade.

É importante ressaltar de que a crítica em Foucault afasta-se da busca de uma teoria crítica, no sentido de que Foucault não busca um status privilegiado para seu conceito de crítica, no qual ela poderia apontar as diversas ideologias dominantes e opressoras, sem que ela mesma possa receber a acusação de ser apenas mais uma ideologia. Segundo Rajchman (1987), a ideologia pode ser entendida como o conjunto de crenças irracionais que nos afasta de nossos verdadeiros interesses, sendo assim uma forma de dominação (não baseada na força) que nos impede de lutar pela realização dos mesmos. Para Foucault, o poder age de maneiras muito mais diretas e concretas do que pela inserção de crenças irracionais, dirigindo-se em direção da formação de nossos corpos e identidades. Não podemos “descobrir” nossos “verdadeiros interesses” pois eles não existem intrinsecamente, eles são historicamente constituídos através de práticas que podem ser mais ou menos livres. Aquilo que se impõe como verdadeiro não é desvinculado da forma como constituímos nossas subjetividades. Isso faz emergir uma crítica pautada numa ética da liberdade, ou, numa “ética do livre pensamento”. A crítica nos permite manter viva atitude de problematizarmos nossa cultura, nossas práticas e nossas crenças quando elas nos parecem prejudiciais. Nas palavras do autor:

Não posso me impedir de pensar em uma crítica que não procuraria julgar, mas procuraria fazer existir uma obra, um livro, uma frase, uma ideia: ela acenderia os fogos, olharia a grama crescer, escutaria o vento e tentaria apreender o voo da espuma para semeá-la. Ela multiplicaria não os julgamentos, mas os sinais de existência: ela os provocaria, os tiraria de seu sono. Às vezes, ela os inventaria? Tanto melhor, tanto melhor. A crítica por sentença me faz dormir. Eu adoraria uma crítica por lampejos imaginativos. Ela não seria soberana, nem vestida de vermelho. Ela traria a fulguração das tempestades possíveis (Foucault, 2000, p. 302).

Definida como a arte de não ser excessivamente governado, a crítica também não deixa de ser um anseio por liberdade. Sem liberdade não há poder, não há ética e não há crítica. Contudo, a liberdade de que fala Foucault não é uma liberdade inscrita em nossa natureza humana e não consiste em podermos realizar plenamente os nossos anseios racionais. A liberdade não se encontra em nossa natureza transcendental, mas em nossas capacidades de contestar e mudar nossas práticas, nossas verdades e até mesmo nossas subjetividades. É necessário não confundirmos liberdade e liberação.³ Foucault desconfia do termo “liberação”, pois, ao falarmos em liberação, normalmente supomos a existência de certa natureza humana que estaria aprisionada e que, portanto, deveríamos suprimir os produtos dos processos que levaram a este aprisionamento, para que essa natureza humana apareça tal como ela realmente é. Para o filósofo francês, a problemática da liberdade diz muito menos respeito à liberação do que ao que ele chama de práticas de liberdade. Contudo, o autor não resulta a importância da liberação. Povos colonizados, por exemplo, necessitam de uma série de lutas de liberação política para que possam tornar-se livres. O ponto de Foucault é que, obtida esta liberação, será necessário determinar as práticas de liberdade que definirão a vida política desses povos. As lutas de liberação podem ser condição prévia necessária para as práticas de liberdade, mas não são condição suficiente.

Quando um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento —por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares— estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação. É lógico que, em tal estado, as práticas de liberdade não existem, existem apenas unilateralmente ou são extremamente restritas e limitadas. Concorro, portanto, com o senhor, que a liberação é às vezes a condição política ou histórica para uma prática de liberdade. Se tomamos o exemplo da sexualidade, é verdade que foi necessário um certo número de liberações em relação ao poder do macho, que foi preciso se liberar de uma moral opressiva relativa tanto à heterossexualidade quanto à homossexualidade, mas essa liberação não faz surgir o ser feliz e pleno de uma sexualidade na qual o sujeito tivesse atingido uma relação completa e satisfatória. A liberação abre um campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade (Foucault, 2006, p. 266-267).

³ Liberação é uma tradução da palavra francesa libération, que poderia também ser traduzida como “libertação”.

4. Conclusão

Para Foucault, a aceitabilidade histórica de um discurso ou de um mecanismo, passa por uma análise do nexo saber-poder, que não é autoevidente e não constitui um a priori. Espiritualidade e liberdade são importantes por causa disso. Não encontramos um patamar privilegiado para decidir acerca de nossas relações de poder, para fazermos escolhas éticas ou para criticarmos ideologias. Todas as nossas críticas e escolhas dependem do tipo de sujeito que nos tornamos, ou seja, dependem de nossa espiritualidade. A filosofia assume um novo papel, completamente distinto daquele exposto no início deste artigo.

Mas o que é filosofar hoje em dia —quero dizer, a atividade filosófica— senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe? Existe sempre algo de irrisório no discurso filosófico quando ele quer, do exterior, fazer a lei para os outros, dizer-lhes onde está a sua verdade e de que maneira encontrá-la, ou quando pretende demonstrar-se por positividade ingênua; mas é seu direito explorar o que pode ser mudado no seu próprio pensamento, através do exercício de um saber que lhe é estranho (Foucault, 1988, p. 13).

A atividade filosófica não se encontra mais desvencilhada da espiritualidade e só pode ser exercida com liberdade. O trabalho crítico do pensamento sobre si mesmo não é uma tarefa que pode chegar ao fim. Sempre que criamos diferentes relações de saber/poder, diferentes tipos de sujeito são constituídos, assim como diferentes espaços de liberdade e crítica. O estatuto da filosofia mudou, ela não encontra-se mais externa as nossas verdades cotidianas. É através dela que podemos transformar nossas verdades que frequentemente assumem formatos opressores, em práticas de liberdade capazes de incentivar a constituição de nossas subjetividades a serem livres e autônomas. É verdade que elas nunca serão completamente livres e autônomas, mas também é verdade que o limite da nossa liberdade e da nossa autonomia não nos é previamente dado, podendo ser construído e reconstruído de inúmeras maneiras. A verdade não se encontra mais em um ambiente externo, mas dentro de nós mesmos e de nossas culturas. Construímos verdades e somos constituídos por elas. Estar ciente disto, ou seja, reconhecer a espiritualidade existente em nós mesmos e capaz de mudar

completamente nossa relação com a verdade é uma forma de liberdade.

Referências

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade: Vol. 2. O uso dos prazeres* (5.^a ed., M. T. C. Albuquerque, Trad.). Graal.

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Eds.), *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica* (V. P. Carrero, Trad., pp. 231-249). Forense Universitária.

Foucault, M. (1996). *A verdade e as formas jurídicas*. Nau Editora.

Foucault, M. (1997). *Iluminismo e crítica*. Donzelli.

Foucault, M. (2000). *Ditos e escritos: Vol. 2. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (E. Monteiro, Trad.). Forense Universitária.

Foucault, M. (2006). *Ditos e escritos: Vol. 5. Ética, sexualidade, política* (2.^a ed., E. Monteiro & I. A. D. Barbosa, Trans.). Forense Universitária.

Rajchman, J. (1987). *Foucault. A liberdade da filosofia*. Zahar.